

Eugenia e “questão racial” na Primeira República: uma análise a partir das publicações no jornal *Correio Paulistano* (1910-1920)

Eugenics and the race question in the First Republic: an analysis based on publications in Correio Paulistano (1910-1920)

Fernando Tadeu Germinatti

 <https://orcid.org/0000-0001-7711-5875>
Universidade Federal de Santa Catarina

Vanderlei Sebastião de Souza

 <https://orcid.org/0000-0003-4270-7445>
Universidade Estadual do Centro-Oeste

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar como eugenia, raça e debates sobre a questão nacional foram temáticas recorrentes nas páginas do jornal *Correio Paulistano*, sobretudo nas décadas de 1910 e 1920. Procuramos entender como os textos publicados nesse periódico relacionavam as ideias eugênicas com o pensamento médico e intelectual do período, ao mesmo tempo que estavam em sintonia com as ideologias, visões e interesses das elites políticas e econômicas, em especial aquelas ligadas ao Partido Republicano Paulista (PRP). Atento ao processo de emergência da eugenia, esse artigo procura compreender como os intelectuais que escreviam nas páginas do *Correio Paulistano* conectavam as discussões sobre higiene, raça e medicina com os projetos de construção da identidade nacional e projeção de uma “nova nação”. Neste sentido, analisamos os textos publicados no *Correio Paulistano* como parte dos projetos de intervenção nacional propostos pelas elites políticas e intelectuais para ordenar, classificar e reformar o Brasil e os brasileiros.

Palavras-chave: Eugenia. Raça. Higiene. Nação. Correio Paulistano.

Abstract: The purpose of this article is to analyze how eugenics, race and debates on the national question were recurring themes in the pages of the *Correio Paulistano* newspaper, especially in the 1910s and 1920s. We sought to understand how the texts published in this periodical related eugenic ideas with the medical and intellectual thinking of the period, at the same time that they were in tune with the ideologies, visions and interests of the political and economic elites, especially those linked to the Paulista Republican Party (PRP). Attentive of the emergence of eugenics, this article seeks to understand how the intellectuals who wrote in the pages of *Correio Paulistano* connected the discussions on hygiene, race and medicine with the projects of building national identity and projecting a “new nation”. In this sense, we analyze the texts published in *Correio Paulistano* as part of the national intervention projects proposed by political and intellectual elites to order, classify and reform Brazil and Brazilians.

Keywords: Eugenics. Race. Hygiene. Nation. Correio Paulistano.

Introdução

O cenário intelectual e político da Primeira República (1889-1930) é bastante complexo, marcado pela insatisfação das elites políticas e intelectuais em relação à



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

modernização do país e construção da nação. Ao mesmo tempo, as ideologias raciais vigentes e a adoção de teorias eugênicas entre os intelectuais brasileiros tornaram esse período ainda mais emblemático, sobretudo se considerarmos a maneira como a questão racial e a identidade nacional mobilizaram distintos projetos de condução do Brasil. Isso pode ser melhor observado quando atentamos para os escritos publicados na imprensa do período, como podemos verificar nas páginas do *Correio Paulistano*, periódico que é objeto de análise deste artigo. Como é bastante conhecido, o *Correio Paulistano* conseguiu, pelo menos até 1930, conectar os interesses econômicos e políticos de setores das elites brasileiras ao pensamento científico e intelectual, o que colocava em debate justamente as visões e preocupações desses grupos em relação à gestão da população brasileira e formação futura do Brasil. Isso ocorreu principalmente com a aquisição do *Correio Paulistano*, em 1890, pelo Partido Republicano Paulista (PRP), partido que mantinha ambições tanto sobre o controle político paulista quanto nacional (THALASSA, 2007).

Ao analisar a “ebulição de ideias” literárias, políticas e científicas de início do século XX, é fundamental analisar o papel da imprensa na condição de plataforma do fazer intelectual. Vale lembrar, conforme aponta Nicolau Sevcenko, que a imprensa foi, sobretudo na Primeira República, um espaço privilegiado pelo qual os intelectuais expressavam suas interpretações, diagnósticos e projetos de reforma nacional (SEVCENKO, 1999). Com o foco voltado para a análise dos aspectos contextuais desse período, o presente artigo procura compreender os sentidos da produção intelectual no *Correio Paulistano*, periódico que reuniu adeptos e partidários do próprio PRP, tais como Menotti Del Picchia (1892-1988), Plínio Salgado (1895-1975), Cassiano Ricardo (1895-1974), além de outros intelectuais como o educador Fernando de Azevedo (1894-1974), o jurista e sociólogo Oliveira Viana (1883-1951), o jurista Cândido Mota Filho (1897-1977) e o médico Aníbal Silveira (1902-1979).

Os textos do *Correio Paulistano* respondem não só a um tempo de produção, a Primeira República, mas também a um lugar, a modernidade brasileira, impondo características e posições próprias do veículo impresso e dos sujeitos que apresentavam seus escritos como forma de intervenção política e social. Neste contexto, o periódico oferecia caminhos possíveis de modernização e respostas às “grandes problemáticas” que, supostamente, atormentavam os brasileiros, dentre elas, a questão racial, temática atestada em textos, livros e representações produzidas por diferentes viajantes, artistas e naturalistas estrangeiros que viajaram pelo Brasil desde o início do século XIX. Imagens negativas sobre a questão racial e a mestiçagem brasileira eram comumente encontradas em escritos de viajantes estrangeiros como o diplomata francês Arthur de Gobineau (1816-1882), o naturalista suíço Louis Agassiz (1807-1873), o diplomata francês Gustav Le Bon (1841-1931), o antropólogo francês Georges Vacher de Lapouge (1854-1936), entre outros. Essas impressões sobre o Brasil foram fundamentais na construção de distintas imagens sobre a população brasileira, o que exerceu forte impacto sobre a intelectualidade e as elites nacionais (SCHWARCZ, 1993, STEPAN, 2004; SKIDMORE, 2012).

Nas primeiras décadas do século XX, quando a eugenia passou a ser empregada no Brasil para intervir no suposto processo de melhoramento biológico da nação, essas representações sobre a questão racial ganharam significados ainda mais emblemáticos. De um lado, a eugenia aparecia como ferramenta salvacionista capaz de corrigir, reformar e higienizar a “raça nacional”; de outro lado, as teorias eugênicas apontavam para os dilemas que a miscigenação representava para a formação de uma nação eugênica, moderna e regenerada, uma vez que alguns eugenistas, entre eles Renato Kehl (1889-1974), uma das principais lideranças do movimento eugênico, indicavam a mestiçagem como a principal

responsável pelo pretenso atraso e degeneração dos brasileiros (STEPAN, 2004; SOUZA, 2019).

De maneira geral, os eugenistas, médicos e intelectuais simpatizantes do movimento eugênico entendiam que a eugenia era uma ferramenta moderna e poderiam desempenhar um papel importante de reforma do país, fosse por meio de medidas educativas ou mesmo políticas radicais como o controle da reprodução humana e a segregação racial. De acordo com as principais lideranças do movimento eugênicos, para que a eugenia fosse adotada no Brasil era necessário um amplo trabalho de divulgação dos seus princípios, suas teorias e projetos. Neste sentido, no começo do século XX a imprensa ocupou atenção especial do movimento eugênico, fazendo circular ideias e medidas oriundas do campo médico e da biologia evolutiva, num momento de intensos debates sobre o melhoramento do corpo, da raça e da saúde física e mental dos brasileiros.

Em particular, o *Correio Paulistano* foi um dos periódicos que mais encampou a divulgação da eugenia no Brasil, promovendo uma ampla discussão que relacionava as ideias eugênicas aos projetos de construção da nacionalidade brasileira. Neste artigo, nosso interesse é justamente compreender como os textos publicados nesse periódico, disponibilizado na plataforma da Hemeroteca Digital Brasileira, conectavam a questão eugênica com o pensamento político, médico e intelectual acerca da formação nacional, modernização e reforma da sociedade brasileira. Atentando para a emergência da eugenia como uma ferramenta importante de intervenção social, esse artigo procura compreender como os intelectuais conectavam as discussões sobre higiene, raça e medicina com o processo de formação da identidade nacional e de projeção de uma nova nação. Neste sentido, analisamos os textos publicados no *Correio Paulistano* como parte dos projetos de intervenção nacional propostos pelas elites intelectuais para ordenar, classificar e reformar o Brasil e os brasileiros.

Intelectuais e questão nacional na Primeira República

A suposta inconsistência do Brasil enquanto nação era um dos grandes incômodos dos intelectuais da Primeira República. Para estes, a questão nacional consistia no enfrentamento de uma série de problemas que impediam a pretensa modernização do país, desde debates sobre a questão racial e formação da identidade nacional até discussões sobre urbanização, moralidade pública, higiene e combate aos chamados “flagelos sociais”, entre eles o alcoolismo, o tabagismo, a sífilis e a tuberculose, além de outras enfermidades que assolavam a população das áreas urbanas e rurais (OLIVEIRA, 1990; LIMA; HOCHMAN, 1996; CARRARA, 1996). É importante pontuar que as ideias de civilização, modernidade e progresso, conforme projetavam as elites políticas e intelectuais do período, eram intrinsecamente pensadas a partir do branqueamento e higienização da sociedade, ambas baseadas nos ideais de europeização do Brasil. Para a construção desses projetos de nação, os intelectuais tiveram um papel central, uma vez que a atividade intelectual estava intimamente ligada à intervenção pública. É importante considerar que, nas primeiras décadas do século XX, os intelectuais brasileiros assumiram os projetos de reforma nacional como uma missão que mobilizava o sentido de sua existência, o que envolvia um forte comprometimento com o engajamento na ação política e na projeção futura do país (PÉCAUT, 1990; SEVCENKO, 1999).

Desse anseio da intelectualidade em intervir nos rumos da nação, apareciam os temas da reforma urbana e da modernidade. No contexto da *Béllé Époque* brasileira, a própria construção da ideia de modernidade estava vinculada aos ideais europeus de

higienização e ordenamento do corpo social. Assim, visando a modernização e a reestruturação do espaço urbano, pensadas a partir dos referenciais parisienses, foram gestados projetos de intervenção urbana e social nas principais capitais brasileiras. Essa reforma pautava-se numa política de ordenamento dos espaços, a começar pela destruição de cortiços, como o movimento do “bota-abaixo”, que demoliu quarteirões de moradias populares e expulsou pobres, negros e mestiços, as chamadas “classes perigosas”, das áreas centrais para as periferias e morros das principais cidades brasileiras (CHALHOUB, 2017). Há que se atentar ao olhar elitista e racista atrelado às reformas sanitárias do início do século XX, visto que “as habitações operárias, os hábitos e costumes das classes trabalhadoras eram, quase sempre, identificados como a origem das enfermidades” (SANTANA; SANTOS, 2016, p. 35). O pobre não apenas havia se tornado alvo das medidas sanitárias, mas também culpabilizado, ainda que indiretamente, pela propagação das moléstias, pela suposta degeneração e atraso da nação.

No conjunto desses indicativos, as habitações populares, como os cortiços¹, ocuparam papel central nesse contexto, vistos pelos higienistas como possíveis “hospedeiros” de insalubridades e imoralidades. Nesse viés, no *Correio Paulistano* é comemorada a criação da lei municipal 1.874, de 1915, que tratava das habitações na cidade de São Paulo, que indicava em seu artigo 118: “Os cortiços infectos e insalubres não são permitidos e deverão ser demolidos ou reconstruídos, de conformidade com as leis municipais” (CORREIO PAULISTANO, 28/01/1916, p. 6). Ressalta-se aqui o papel ocupado pela imprensa, e em especial, pelo jornal *Correio Paulistano*, no debate e destaque de temas ligados a moradia, insalubridade, higiene e sanitarismo, tratando-os como demandas urgentes ao país, visto que “populações saudáveis e aptas eram agora consideradas essenciais” (STEPAN, 2005, p. 51).

Não obstante, de forma quase paralela, as mazelas do interior do país também eram observadas pela ótica dos intelectuais, como havia notado o jornalista e escritor carioca Euclides da Cunha (1866-1909) em seu livro *Os Sertões*, publicado em 1902, cuja obra acabou cristalizando um amplo debate sobre a própria identidade nacional brasileira. Conforme destacam Lima e Hochman (1996, p. 29), a obra de Euclides da Cunha transformou-se em “marco crucial de referência para os intelectuais da campanha do saneamento”, cujo tema mobilizou a agenda de médicos e higienistas. Na esteira de Euclides da Cunha, nos anos 1910, teriam início as campanhas sanitaristas, tendo como expoentes principais figuras como os médicos Artur Neiva (1880-1943) e Belisário Penna (1868-1939), que encamparam a agenda médico-sanitarista, especialmente depois de longa expedição empreendida, em 1912, pelo interior do Brasil (LIMA; HOCHMAN, 1996).

Nísia Trindade Lima aponta que “os intelectuais que participaram da campanha do saneamento partiam de uma crítica à ideia da inviabilidade do país como nação, contestando qualquer tipo de fatalismo baseado na raça ou no clima” (LIMA, 2002, p. 44). Para os integrantes do movimento sanitarista, a grande pauta nacional estaria relacionada às questões sanitárias e higiênicas, especialmente pelo número de doenças e enfermidades que assolavam o país, o que debilitava a saúde física e mental dos brasileiros. A campanha pelo saneamento teve ampla repercussão e conquistou a adesão inclusive de figuras como

¹ Acerca das moradias compartilhadas, ainda no fim do século XIX, a obra *O Cortiço (1890)*, de Aluísio de Azevedo (1857-1913), já denunciava as péssimas condições de vida da população urbana residente nos cortiços cariocas. Apesar de ter sido o Rio de Janeiro a cidade a incorporar em grande escala o processo de “modernização urbana”, outras capitais como São Paulo também a fizeram, em especial nas gestões de Antônio da Silva Prado (1889-1911) e Raimundo da Silva Duprat (1911-1914), período no qual a cidade vivenciou a sua *Belle Époque*, o espírito de reforma inspirado numa modernização à la Europa.

Monteiro Lobato (1882-1948), escritor paulista que iria representar a miséria brasileira ao dar vida ao famoso personagem Jeca Tatu.

Descrito inicialmente como um caboclo preguiçoso, ignorante e conformado com a vida de pobreza que levava, como um parasita que não evoluía, Lobato recupera o seu Jeca Tatu depois de contato com o movimento sanitário, elevando o personagem literário à categoria de Jeca Bravo. Neste contexto, salvo pela ciência médica e pela higiene, Jeca Tatu era apresentado a partir de novos significados, sobretudo pela possibilidade de regeneração racial que a ciência permitia antever. Esse caso, conforme lembram Wegner e Souza (2013, p. 264), caracteriza um período da história intelectual e política brasileira marcado pela expansão de um nacionalismo militante e pelo sentimento de que a modernização do país dependeria de amplas reformas sociais, o que incluía pensar a higiene e a eugenia como ferramentas importantes de regeneração nacional. Vale lembrar que o próprio Monteiro Lobato aderiu ao movimento eugênico, desde a fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo, em 1918, tendo inclusive utilizado sua editora para divulgação de livros sobre eugenia. Apesar dessa visão mais otimista sobre a recuperação eugênica do Jeca Tatu, a discussão sobre eugenia produzida por Lobato foi bastante controversa, seja pelas ideias racistas presentes em livros ficcionais como *O presidente negro ou o choque de raças*, publicado em 1926, seja pelas correspondências que mantinha com eugenistas como Renato Kehl e Arthur Neiva, nas quais expressavam visões racistas e pessimistas sobre a identidade racial brasileira.

Na verdade, essa relação entre eugenia e higiene, entre visões positivas e negativas sobre a questão racial, se confundiam entre os intelectuais brasileiros, vistas como parte de um mesmo projeto de reforma nacional. Não por acaso, os eugenistas entendiam que o combate às doenças e enfermidades deveria ser encarado como parte do processo de melhoramento eugênico das futuras gerações. Conforme destaca a historiadora Nancy Stepan, a eugenia brasileira da década de 1920 identificava-se diretamente com o saneamento, de modo que “sua linguagem era menos uma linguagem de seleção e genética que de reforma da saúde pública” (STEPAN, 2004, p. 361), o que expressava o polimorfismo da eugenia no Brasil. Vale lembrar que, na Primeira República, a doença foi descrita como símbolo da identidade brasileira, responsável pelo atraso social e biológico da população (LIMA; HOCHMAN, 1996). A frase que melhor expressava essa realidade fora proclamada, em 1916, pelo médico Miguel Pereira, ao afirmar: “O Brasil é um imenso hospital” (LIMA; HOCHMAN, 1996). Essa sentença resumia o quadro de debilidade eugênica da população brasileira.

Ainda acerca da emblemática frase de Miguel Pereira, o jurista e político paulista Armando da Silva Prado (1880-1956) repercutia nas páginas do *Correio Paulistano*, 11 anos mais tarde, lembrando: “Há uma frase que se tornou tristemente célebre. O Brasil é um hospital. Até onde traduz ela a verdade? É inegavelmente horroroso o quadro das moléstias que nos ameaçam e nos deprimem”, concluía ele (CORREIO PAULISTANO, 28/09/1927, p. 2). Ao longo dos anos 1910 e 1920, essa preocupação com a questão médica e sanitária sempre esteve presente nas páginas do *Correio Paulistano*, permitindo a publicação de artigos e textos de opiniões dos intelectuais, médicos e educadores acerca do futuro eugênico da população brasileira. E mais precisamente, na década de 1920, o *Correio Paulistano* ocupou tarefa primordial na articulação dos temas da eugenia e higiene, fazendo-os pautas não apenas paulistas como nacionais.

Seguindo nesse diálogo, o jornalista, político e advogado paulista Menotti Del Picchia (1892-1988), chefe de redação do *Correio Paulistano* e autor de obras de destaque como *Juca Mulato* (1917) e *República dos Estados Unidos do Brasil* (1928), refletiu sobre o

personagem de Monteiro Lobato, escrevendo no periódico paulista: “Jeca Tatu [...] ficou lá no seu rancho, apagado e inerte, sem um lampejo no cérebro, sem uma cartilha na mão. Invertamos o termo da equação. Instruamos as massas” (DEL PICCHIA, 06/09/1920, p. 1). Nas páginas do *Correio Paulistano*, era comum encontrar referências ao sucesso do movimento sanitarista, frequentemente reafirmado a partir do personagem já icônico de Monteiro Lobato, alçado como símbolo da identidade nacional. Nas palavras do escritor e advogado paulista Cândido Mota Filho (1897-1977), “a figura baça e degradante de Jeca Tatu, procurou caricaturar não apenas o piraquara desanimado e doentio das margens pitorescas do Paraíba, mas sim o país todo, nos entrecosques de suas aspirações” (MOTA FILHO, 08/09/1922, p. 3). Aliás, observa-se que os textos de Del Picchia e Cândido Mota no *Correio Paulistano* expuseram recorrentemente a intenção do próprio jornal em interferir no debate sobre os projetos de regeneração eugênica da população brasileira.

A propósito, é válido considerar que os intelectuais, por meio do próprio jornalismo, o que é possível verificar em periódicos como o *Correio Paulistano*, assumiram o papel de destacar o valor da higiene e denunciar as mazelas a que eram submetidos os brasileiros, posto que, para a intelectualidade do período, a modernização do país passava pela “invenção” da nação sob a ótica médico-sanitária, perpassando por olhares clínicos daqueles (auto)considerados aptos e suficientes a desbravá-la e estudá-la. Ao mesmo tempo, esse otimismo ganhava cores ainda mais vivas com o cenário imediatamente posterior à Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando a derrocada do modelo civilizacional europeu forçou “as elites pensantes a defrontarem-se com a realidade nacional, ensaiar diagnósticos e propor soluções para aqueles que lhes pareciam ser os nossos males” (LUCA, 1996, p. 97).

É nesse contexto que ganha força o movimento modernista, corrente artística e intelectual que propunha justamente pensar a modernização e a reforma do país a partir de projetos que buscassem soluções próprias para os problemas nacionais. Se médicos, higienistas e eugenistas ocuparam as páginas do *Correio Paulistano* para divulgar seus projetos de regeneração nacional, o mesmo viria ocorrer com os projetos de modernização produzidos pelos intelectuais modernistas. Enquanto veículo oficial do Partido Republicano Paulista (PRP), o *Correio Paulistano* fez-se canalizador das discussões abraçadas pelo partido, evidenciando os fortes laços que a elite paulista cafeeira mantivera com a imprensa na Primeira República. É importante ressaltar que se tratava de uma elite que via em São Paulo o modelo econômico, político e cultural a ser projetado e seguido pelo resto do Brasil, num contexto em que, conforme destaca Tania Regina de Luca, “cada vez mais a nação foi sendo identificada ao Estado de São Paulo” (LUCA, 1999, p. 78).

Não por acaso, em 1922, com a cobertura oficial do *Correio Paulistano*, ocorreu a Semana de Arte Moderna, promovida na cidade de São Paulo e comemorada com um dos eventos mais representativos do movimento, reunindo figuras como Oswald de Andrade (1890-1954), Mário de Andrade (1893-1945), Graça Aranha (1868-1931), Raul Bopp (1898-1984), Menotti Del Picchia (1892-1988) e Plínio Salgado (1895-1975), além de artistas como Tarsila do Amaral (1886-1973), Anita Malfatti (1889-1964) e Victor Brecheret (1894-1955). A Semana de Arte de 1922 tornou evidente a presença da intelectualidade paulista no *Correio Paulistano*, posto que a maioria destes intelectuais escreviam frequentemente no periódico, com destaque para Menotti Del Picchia, chefe de redação e colunista do periódico, e o influente Plínio Salgado, revisor de redação. Em dias antecedentes à Semana da Arte, o *Correio Paulistano* publicou texto de Menotti Del Picchia, sob pseudônimo de Helios, que anunciava em tom “quase profético”: “Será uma semana histórica na vida literária do país” (HELIOS, 07/02/1922, p. 5).

Del Picchia realmente esteve correto em sua análise, uma vez que esse “conluio” de pensadores, reunidos em torno de um mesmo evento, denotou a particularidade do momento nacional literário e artístico na busca de um sentimento coletivo nacional, suscitando daí duas correntes, o Movimento Pau-Brasil, fundado em 1924, conduzido por Oswald de Andrade (1890-1954), e o Verde Amarelismo surgido em 1926². Apesar das distinções que separavam esses dois modernismos, havia em ambos o desejo de intervir efetivamente na formulação de projetos de construção política e cultural do país. Conforme lembra o sociólogo Daniel Pécaut (1990), os projetos desses intelectuais “eram inseparáveis da vontade de contribuir para fundamentar o cultural e o político de uma forma diferente” (PÉCAUT, 1990, p. 22).

De fato, a combinação de atividade literária com prática política no Brasil do início do século XX pode ser enquadrada dentro de um contexto específico, em que setores das elites letradas se colocavam a pensar a nação, os dilemas históricos, os problemas atuais e as aspirações futuras. Neste contexto, pensar as questões nacionais significava assumir uma militância nacionalista, um sentimento da nacionalidade que deveria ser expresso numa consciência coletiva.

Talvez, nesse sentido, seja válido afirmar que tais discussões acerca da indefinição da identidade nacional no *Correio Paulistano* possam ser vistas também como preocupação dos próprios intelectuais do Partido Republicano Paulista (PRP). Assim posto, em 1928, ano que seria eleito Deputado Estadual pelo PRP, Plínio Salgado (1895-1975)³ lembrava que permanecia “latente em todo o nosso país, um sentimento de brasilidade, uma consciência de povo, pronta a despertar ao primeiro chamamento, ao primeiro brado de uma mentalidade, ou algumas mentalidades” (SALGADO, 15/01/1928, p. 2). Ainda que existente, mas aparentemente não “descoberto” ou operante, a noção ou o sentimento de brasilidade impunha aos intelectuais a missão de cavar tal pertencimento identitário. Menotti Del Picchia escrevia, nesse sentido, artigo no *Correio Paulistano*, em que associava a literatura modernista à formação de uma nova mentalidade em torno da identidade brasileira. Em suas palavras:

O “verdamearellismo”, a “revolução da Anta”, o “desvairismo”, o “pau-brasil”, todos esses curiosos movimentos da literatura moderna, todos esses episódios da grande crise que agitou a mentalidade brasileira, estão vivos ainda por aí. Em S. Paulo, - matriz dessa tremenda revolução literária - o verdamearellismo, a anta, o desvairismo, o pau-brasil se extinguiram por terem cumprido sua função. Nos demais recantos do país, a invasão do espírito moderno continua suas marchas guerreiras, ressoando por lá os ecos da tremenda batalha que se iniciou no tablado do Municipal paulista, em 1922. Não se trata de uma evolução do nosso pensamento. Trata-se da morte da mentalidade colonial, arcaica, europeia, que sobreviveu espectralmente aos dois impérios, atingiu quatro décadas da República. Uma nova consciência literária nasceu. Um novo mundo de ideias surgiu (DEL PICCHIA, 03/03/1928, p. 3).

² Conforme aponta a historiadora Lorena Ribeiro Zem El-Dine, “para os autores da carta *Verde e Amarelo*, Oswald de Andrade, ao se aproximar do primitivismo das vanguardas, estaria transpondo para o plano literário a situação histórica de subserviência do país à Europa. O Pau Brasil, mesmo na ‘acepção tomada por Oswald de Andrade’, continuava a ser um ‘pau inoportuno, xereta, metido a sebo’, prestigiado pelos estrangeiros, ‘mastro absoluto na nossa festa de Divino, carregado por Oswald, Mario e Cendrars’, que sintomaticamente era francês” (EL-DINE, 2017, p. 42).

³ Lembra-se que o jornalista e político paulista Plínio Salgado, autor de *Manifesto de outubro de 1932* (1932) e *O estrangeiro* (1936), tornou-se um dos nomes mais marcantes e polêmicos da intelectualidade ao liderar a Ação Integralista Brasileira (AIB), frente do fascismo no Brasil na década de 1930.

Creditando à Semana de Arte Moderna de 1922 o início da “revolução mental”, Del Picchia afirmava que interpretar a nação exigia dos intelectuais a árdua tarefa de construir o Brasil, tecendo teorias e indagando acerca dos rumos do país e de seus habitantes. Cabe apontar que a historiadora Tania Regina de Luca nota que o pensamento intelectual, do início do século XX, fora marcado por uma “intelectualidade (que) ansiava por influir nos destinos do país, apontar caminhos, forjar políticas de ação” (LUCA, 1996, p. 98). Certamente, o debate daquele contexto intelectual envolvia a conexão entre distintos temas pendentes para a construção da nação. Neste sentido, o jornalista e advogado paulista Cassiano Ricardo (1895-1974) escrevera, em 1928, no *Correio Paulistano*, o texto *O homem e a paisagem*, em que pontuava a existência de múltiplas raças e identidades em contato num Brasil ainda em plena construção, sublinhando o seguinte:

Só o índio poderia ter conduzido as outras raças nesse primeiro e violento contato com a terra virgem. Dono da grande aventura, só o herói branco podia ter sido o espírito organizador das bandeiras. Resistente, reduzido à escravidão, só o herói negro poderia tê-lo acompanhado na grande marcha através dos trópicos. Agora, instalado o país, o drama continua: chegam povos de todas as procedências. São os convidados à festa nupcial da terra. Russos, alemães, italianos, japoneses... todas as raças. Que cor há de resultar dessa mistura de cores? Depois de tumulto, há de surgir a obra definitiva. E então teremos a quinta raça, ou a “raça cósmica” a que se refere José de Vasconcelos (RICARDO, 01/03/1928, p. 3).

Convém atentar ao elemento trazido por Cassiano Ricardo acerca do processo histórico de formação racial da nação. Associando os destinos do Brasil ao sentido de uma nova identidade nacional em curso, projetava-se no futuro uma nação mais homogênea, como pensava o mexicano José de Vasconcelos com seu conceito de “raça cósmica”⁴, mas também os adeptos da teoria do branqueamento racial brasileiro, tese comum entre os intelectuais das primeiras décadas do século XX. Nesse intento, o escritor e jornalista sergipano Genolino Amado (1902-1989), irmão do escritor Gilberto Amado (1887-1969) e primo de Jorge Amado (1912-2001), em artigo de 1927, no *Correio Paulistano*, chamava a atenção para a indefinição que o tema da identidade racial brasileira representava:

Evidentemente, não somos um povo, muito menos uma raça. Temos somente no país a população brasileira, que, entre a disparidade dos agentes da sua formação, procura criar um tipo e uma expressão que ainda tardam. Nem eles poderiam se formar no curto período de quatro séculos [...]. Apenas, pela unidade de certos sentimentos e tendências, podemos assegurar que esse povo se formará mais tarde. Portanto, não podemos discutir quais foram os fundadores do nosso tipo étnico, porque nós é que somos os atuais fundadores de um tipo racial [...] (AMADO, 16/ 01/1927, p. 3).

Assim como seus contemporâneos, Genolino Amado voltava sua atenção à criação de uma distinta “raça nacional”, um “tipo racial” ainda inexistente no Brasil⁵. É fato que, desde o fim do século XIX, a questão racial, como bem destaca Lilia Schwarcz (1993, p.

⁴ Para o escritor e educador mexicano José Vasconcelos (1882-1959), autor do ensaio *La Raza Cósmica* (1925), a terra prometida onde se desenvolvia uma raça mestiça homogênea, que ele chamou de “Raça Cósmica”, “ficava localizada na região que hoje compreende os territórios do Brasil, Colômbia, Venezuela, Equador, partes do Peru e da Bolívia e o norte da Argentina” (MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, 1996, p. 114).

⁵ Aliás, a exemplo do próprio Genolino Amado, Menotti Del Picchia e Plínio Salgado eram adeptos do Partido Republicano Paulista (PRP), provando que os intelectuais da Primeira República foram além da “simples” teoria, posto que, “não apenas” se colocaram a interpretar as questões nacionais, mas estiveram presentes na própria prática política integrando o partido, propondo e votando projetos no Legislativo Federal.

319) “se apresentava como um argumento verdadeiro para se pensar um projeto de cunho nacional”. Ou seja, os destinos e a modernização do país dependeriam do modo como a identidade nacional seria forjada. Isto posto, para uma ampla gama de intelectuais (autoproclamados aptos), a efetiva construção do Brasil-nação não apenas poderia, como deveria ser pensada em base racial, como um organismo biológico. O advogado e político paulista Candido Motta Filho (1897-1977), também imbuído de discutir a formação racial brasileira, trazia o seguinte argumento em seu texto publicado no *Correio Paulistano*:

Sylvio Romero aceita incondicionalmente o predomínio do branco. Euclides da Cunha também. Também Varnhagen [...] e ultimamente Oliveira Vianna. O branco, para todos, predomina na cultura, na ação, na índole, na feição mental e moral. [...] é interessante a conclusão de Oliveira Vianna: - “Populações Meridionais” - O branco, o mestiço e o negro se mostram estratificados em camadas perfeitamente distintas. Entre os escravos, – o negro. Entre os foreiros, – o mestiço. Entre os senhores, – o branco. [...] devemos é criar uma expressão simbólica de brasileiros na América (MOTTA FILHO, 20/01/1927, p. 4).

Motta Filho teve mérito em pensar a raça tendo base na visão de intelectuais bastante prestigiados no Brasil, em que a raça branca surgia para alguns como suposta condutora de superioridade física e moral. Para ele, contudo, expressando a complexidade que o tema representava, a identidade racial brasileira deveria ser apreciada em termos de “brasileiros na América”, o que talvez se aproximasse do que propunha o já citado escrito mexicano José Vasconcelos, cuja “raça cósmica” era refletida em termos latino-americanos.

A emergência da eugenia e os projetos de regeneração racial

A centralidade que a questão racial alcançou nas primeiras décadas do século XX ajuda a compreender o modo como os intelectuais brasileiros aderiram à eugenia. Como vimos, pensar a nação no início do século XX significava, para a maioria dos homens de letras, lidar com a formação racial do país. Apesar disso, essa percepção gerou distintos projetos, desde visões menos extremadas até leituras mais radicais e fortemente inspiradas no racismo científico. Neste sentido, sobre a recepção dos ideários eugênicos na América Latina e sua relação com a questão racial, a historiadora norte-americana Nancy Stepan diz que “na década de 1920, o racismo extremado – ainda que jamais ausente de todo – tornava-se exceção, em vez de regra. As relações raciais, dizia-se, eram, no Brasil, diferentes das que prevaleciam nos Estados Unidos” (STEPAN, 2004, p. 357).

Nessa interpretação da realidade racial e histórica brasileira, portanto, Nancy Stepan lembra das relações raciais nos Estados Unidos, que indica serem mais duras e hostis aos negros do que no Brasil, que supostamente teria se dado de forma mais “cordial” ou “suave” (STEPAN, 2004). Contudo, contrapondo Stepan (2004; 2005) a respeito de sua consideração de uma eugenia mais suave no Brasil, Souza (2016) argumenta que parte da elite intelectual e política também estivera profundamente “assombrada” pela perspectiva de um país miscigenado, colocando em peso a questão racial, como bem fizeram os eugenistas Renato Kehl, Ernani Lopes, Pacheco e Silva, Azevedo Amaral e Xavier de Oliveira. Ao invés do predomínio de uma “eugenia latina”, conforme propõe Nancy Stepan, esses eugenistas dialogavam com os movimentos eugênicos mais radicais que vinham se desenvolvendo em países como Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha, liderados no Brasil, sobretudo, por Renato Kehl, figura que mantinha estreitas relações com a ciência e a cultura germânicas (SOUZA, 2016; 2022).

Esses integrantes do radicalismo eugênico apoiaram-se na chamada eugenia negativa, acreditando ser ela a saída para enfrentar o suposto “caos racial” brasileiro. Esse grupo de eugenistas propunham medidas voltadas à programas extremos de intervenção eugênica, entre elas a restrição imigratória, propostas de esterilização eugênica e controle matrimonial⁶. Com efeito, sob chancela da prática dos saberes médicos e jurídicos, esse radicalismo eugênico justificou um racismo institucionalizado, atrelando miscigenação à degeneração, criando uma série de estratégias biopolíticas que objetivavam a chamada eugenia da raça. Assume-se que, engendradas na manifestação de um suposto aspecto degenerativo sócio-biológico do brasileiro, as práticas e costumes cotidianos também entravam na análise mediadora da ciência e do conhecimento legitimado pela racionalidade científica do período.

A emergência da eugenia no Brasil ocorreu, especialmente, a partir da criação da Sociedade Eugênica de São Paulo (SESP), a primeira sociedade eugênica latino-americana, fundada em 1918, e que contava com mais de 140 membros entre médicos, juristas, escritores, jornalistas e políticos (SOUZA, 2016). Boa parte de seus membros representavam a elite médica e intelectual de São Paulo, o que explica a cobertura que o *Correio Paulistano* fazia das atividades da Sociedade Eugênica de São Paulo e do próprio movimento eugênico. Vê-se, por exemplo, acerca da formação da SESP, em que o jornalista e jurista Abner Mourão (1890-1957), em texto intitulado *A Sociedade Eugênica*, publicado no *Correio Paulistano*, explicava:

[...] ela (Sociedade Eugênica de São Paulo) deverá rapidamente tornar-se uma coisa séria e útil e não um simples clube onde alguns médicos façam ponto de reunião e de palestras sem consequências. A eugenia, apesar de ser uma das maiores necessidades da espécie humana, ainda se acha em plena infância (MOURÃO, 25/01/1918, p. 1).

Como exposto no excerto, e cobrado por Abner Mourão, era evidente a intenção dos intelectuais tanto em tornar a Sociedade Eugênica de São Paulo (SESP) uma instituição atuante no processo de reforma da sociedade brasileira, quanto desenvolver o pensamento eugênico no Brasil. Nesse ínterim, o *Correio Paulistano* ofereceu espaço para amplas abordagens do tema eugênico, abrangendo desde a chamada eugenia preventiva e positiva, vista como mais branda, até medidas mais radicais ligadas à eugenia negativa. Neste sentido, o *Correio Paulistano* expressava as características que marcaram o movimento eugênico brasileiro, que transitava entre uma eugenia mais alinhada com as agendas reformistas, fortemente influenciadas pelo discurso sanitário e pelas teorias neolamarckistas, e outro modelo de eugenia mais alinhado com o racismo científico, mais inclinado à adoção de medidas duras de segregação racial e controle da reprodução humana.

Nota-se que semanas depois do texto de Abner Mourão, o periódico trouxe na íntegra o pronunciamento de Renato Kehl, secretário geral da SESP e figura emblemática do movimento eugênico brasileiro. Em seu discurso na Sociedade Eugênica de São Paulo, intitulado *Eugenia – Saneamento do Brasil*, Kehl comentou a fundação da SESP nos seguintes termos:

⁶ Trata-se de ressaltar que: “[...] associar a ‘eugenia latina’ a um modelo mais suave de pensamento eugênico (tal como propõe Nancy Stepan) também pode ocultar a adesão de pesquisadores brasileiros, como Kehl, ao racismo científico e aos programas radicais de intervenção eugênica, sobretudo quando falamos de políticas de segregação racial e esterilização eugênica” (SOUZA, 2016, p. 108).

A classe médica de S. Paulo deve orgulhar-se de ter aqui fundado a primeira sociedade eugênica no Brasil. Esta, difundindo com Miguel Pereira, Plácido Barbosa, Belisário Penna e muitos outros, a maneira como se propagam as moléstias e como se evitam, prestará ao nosso país o maior de todos os serviços (CORREIO PAULISTANO, 04/04/1918, p. 4).

Não obstante, outro fato destacado no *Correio Paulistano* fora a primeira conferência pública da SESP, realizada em 2 de maio de 1918, pelo médico Olegário de Moura, vice-presidente da Sociedade. Intitulada *Fatores de degeneração de nossa raça – meios de combatê-los*, Moura abriu o evento proferindo discurso de reafirmação da eugenia enquanto ciência responsável pela regeneração da vida: “a Eugenia é uma verdade, a Eugenia é uma necessidade indiscutível, a Eugenia é a ciência de produzir vida racional, e ao mesmo tempo garantir, por meios higiênicos, o desdobramento e a marcha dessa mesma vida” (CORREIO PAULISTANO, 03/05/1918, p. 4).

Destaca-se que a fala de Olegário de Moura refletia a atenção do *Correio Paulistano* em sua cobertura feita ao redor da eugenia e da relevância atribuída pelo próprio periódico à SESP. Desde o primeiro momento, a imprensa foi um canal fundamental de divulgação e reafirmação dos projetos eugênicos, sobretudo em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, principais centros de difusão dos conhecimentos médicos, preceitos higiênicos e das discussões sobre a formação racial brasileira. Na verdade, conforme já destacamos, os intelectuais brasileiros sempre promoveram suas ideias e seus projetos de reforma nacional por meio da imprensa. Muitos, aliás, sobreviviam financeiramente graças a divulgação que a imprensa fazia de seus escritos e das colunas que mantinham em periódicos como o *Correio Paulistano*. Sobre a relação entre imprensa e eugenia, Nancy Stepan destaca que “os estreitos contatos entre jornalismo, literatura e medicina garantiram à eugenia um lugar na imprensa diária e semanal, onde a reação foi altamente favorável” (STEPAN, 2004, p. 341). Corroborando o afirmado por Stepan (2004), por exemplo, o médico Ignácio Proença de Gouvêa (1892-1956), em sessão da Sociedade Eugênica de São Paulo (SESP), pediu que se lançasse na ata da reunião agradecimento à imprensa paulista por ceder os espaços dos jornais para a campanha eugênica (CORREIO PAULISTANO, 04/04/1918, p. 4).

Também em 1918, fundada por Belisário Penna (1868-1939), nascia a Liga Pró-Saneamento do Brasil (LPSB), instituição que teria um papel decisivo no debate sobre saneamento e educação higiênica no país. Nas páginas do *Correio Paulistano* exortava-se a criação da Liga, lembrando que era uma associação que fazia justiça à memória de Oswaldo Cruz e de sua luta em defesa das campanhas pelo saneamento do Brasil (CORREIO PAULISTANO, 11/02/1918, p. 1). Destaca-se na origem da Liga Pró-saneamento a aparente vontade de reforçar, quiçá, eternizar a memória de Oswaldo Cruz (1872-1917), por meio dos preceitos médicos e sanitários. Ao mesmo tempo, é preciso lembrar que a Liga também abrigou discussões eugênicas, num momento em que saneamento e eugenia eram vistos como sinônimos. O próprio Belisário Penna, fundador da Liga e um dos nomes mais emblemáticos da comunidade médica brasileira, também era um entusiasta da eugenia, sem contar sua proximidade familiar com Renato Kehl, casado com Eunice Penna, filha de Belisário (CARVALHO, 2019).

Outra instituição bastante reverenciada no *Correio Paulistano*, e com forte conexão com o discurso eugênico, era a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM). Fundada em 1923 sob a liderança de figuras como Gustavo Riedel (1887-1934), Juliano Moreira (1873-1933), Ernani Lopes (1885-1969) e o próprio Renato Kehl (1889-1978), a Liga ganhou destaque por tratar a higiene mental como projeto eugênico fortemente vinculado à questão

nacional⁷. Não é por acaso que os principais temas abordados pela Liga incluíam discussões sobre raça, imigração, alcoolismo, mestiçagem, crime, delinquência e prostituição (SOUZA, 2012). Com a LBHM, a criminalidade, por exemplo, fora enfocada ao lado do saber médico no diagnóstico do dito “ser degenerado”. É dessa forma que o professor paulista Cândido Mota Filho propunha, nas páginas do *Correio Paulistano*, a instauração de medidas penais-preventivas, manifestando o desejo da criação de “Institutos de clínica criminal, manicômio para loucos criminosos e delinquentes perigosos; casa de saúde para criminosos alcoólicos e alcoólicos habituais; estabelecimento de trabalhos para vagabundos; estabelecimento de correção para mulheres; colônias e institutos, etc” (MOTTA FILHO, 17/01/1925, p. 4).

Assim, instituições do início do século XX, como hospitais, presídios, manicômios, escolas, quartéis, não só entraram na lógica biopolítica de ajuste dos corpos às normas, mas foram preponderantes para a própria efetivação prática dos discursos oriundos da eugenia. Como bem lembra a filósofa Sandra Caponi: “As estatísticas, os programas de gestão para garantir uma descendência saudável, as estratégias demográficas, assim como as estratégias eugênicas, têm no corpo dos indivíduos e nas populações seu alvo privilegiado” (CAPONI, 2009, p. 534). Vale destacar que é a partir da segunda metade do século XIX, conforme explica Michel Foucault, que “uma longa série de intervenções permanentes ao nível do corpo, das condutas, da saúde, da vida quotidiana, receberam então cor e justificação em função da preocupação mítica de proteger a pureza do sangue e fazer triunfar a raça” (FOUCAULT, 1988, p. 139). É esse contexto que conecta e justifica a relação entre eugenia, raça e nação, tendo como desejo a seleção e a regeneração biológica da população.

Eugenia e seleção imigratória

No Brasil, o debate que mais fortemente conectou os projetos de eugenia e seleção racial foi possivelmente o tema do controle imigratório. Não por acaso, sob égide da questão racial, com a instrumentalização das leis e decretos imigratórios de início do XX, tornou-se possível a vinda de imigrantes europeus ao Brasil. Esse contexto colocou em discussão uma série de ideias e medidas sobre a seleção eugênica dos imigrantes, vistos como fundamentais na composição da identidade racial brasileira. Muitos acreditavam que a atração de imigrantes europeus apressaria o processo de branqueamento da população brasileira, colocando em perspectiva otimista o melhoramento eugênico da nação. Isso porque, de acordo com a historiadora Giralda Seyferth, “o imigrante ideal, portanto, (seria) um branco adjetivado, cabendo ao Estado o fomento da imigração europeia dentro dos parâmetros da eugenia” (SEYFERTH, 2002, p. 143). Por conseguinte, com um “toque eugênico”, as políticas imigratórias ganharam forma, espaço e consistência no debate político-jurídico, estando concentradas no branqueamento racial ou/e associado a ele, a partir da “desejável miscigenação” com os “bons europeus” e olhares desconfiados/pessimistas quanto aos asiáticos, judeus, árabes e hindus (CARNEIRO, 2018).

Nas páginas do *Correio Paulistano*, o debate sobre imigração era visto como fundamental tanto do ponto de vista econômico quanto da formação da identidade racial

⁷ Nancy Stepan destaca que “a ligação entre psiquiatria e eugenia não é de surpreender diante da orientação da psiquiatra brasileira pela hereditariedade e a extraordinária preocupação de seus psiquiatras com os perigos que a doença mental e a ‘patologia’ dos pobres – crime, delinquência e prostituição – representavam para a sociedade” (STEPAN, 2004, p. 343).

brasileira, ainda mais considerando o lugar do periódico enquanto órgão do PRP, partido da elite cafeeira paulista, que fazia do jornal um espelho das demandas partidárias quanto ao tema imigratório, buscando associar a vinda de trabalhadores europeus ao branqueamento racial. Ao transcrever, pois, as impressões do Deputado Maurício de Lacerda (1888-1959), o *Correio Paulistano* ressaltava a “necessidade de encararmos a colonização como um problema permanente, ao qual se liga não só o nosso futuro econômico, como o futuro da nossa raça e da nossa nacionalidade” (CORREIO PAULISTANO, 13/06/1917, p. 4). Essa preocupação com a “qualidade imigratória” mostrou-se pulsante nas páginas do jornal. Ainda na década de 1910, o advogado Gustavo Barroso (1888-1959)⁸, sob pseudônimo de *João do Norte*, publicou no *Correio Paulistano* o artigo *Expulsão de estrangeiros*, no qual defendia maior rigor na seleção de estrangeiros que aportavam no território nacional. Em suas palavras, “um país como o nosso [...], deve afastar aqueles que não possam ser fatores de trabalho, que, por suas condições de saúde e raça, não possam senão contribuir para piorar as condições atuais do povo brasileiro” (JOÃO DO NORTE, 21/10/1917, p. 1).

Na década seguinte, o professor pernambucano Antônio Carneiro Leão (1887-1966) polemizava em torno da “imigração amarela”, adjetivando o imigrante japonês como “indesejável” e “perigoso”. Segundo ele: “como imigrante, não se discute, o japonês é indesejável por todas as razões. Raça, costumes, ideias, religião [...]. O ódio sopitado pela indiferença das outras raças, tornam o japonês um imigrante perigoso” (CORREIO PAULISTANO, 11/03/1920, p. 2). Leão manifestava preocupação com a possível entrada ao Brasil do “elemento amarelo”, direcionado aqui, em específico aos japoneses, opinião que era largamente comungada por outros intelectuais e políticos do período, como observar-se-á em escritores como Oliveira Vianna, Renato Kehl, Azevedo Amaral e Miguel Couto⁹.

De maneira geral, a mistura de raças era tratada como fator preponderante nas discussões acerca do futuro nacional. No entanto, segundo Lilia Schwarcz, não restava apenas “lamentar os efeitos do cruzamento racial, e sim de procurar a ‘boa mestiçagem’, conseguida mediante o aumento do ‘influxo de sangue branco’ na população” (1993, p. 221). Nessa conjuntura, o Decreto nº 4.247, de 1921, tecido pelos deputados federais Cincinato Braga (São Paulo) e Andrade Bezerra (Pernambuco), constitui-se uma das propostas concretas que mais evidenciaram a legitimidade concedida ao assunto imigratório naquele momento. Na década de 1920, já não se tratava tanto de negar toda e qualquer mestiçagem, mas sim, de forma mais criteriosa, brecar ou impedir a vinda imigratória de certas raças ao Brasil, e procurar, concomitantemente, a mistura do sangue brasileiro com os desejáveis brancos europeus, numa tentativa de suposta “correção da raça nacional”, que naquele contexto, passaria pela “boa miscigenação” (RAMOS, 1996).

Com efeito, em 1923, tendo como base o projeto anterior oriundo dos políticos Cincinato Braga e Andrade Bezerra, seria a vez do deputado mineiro Fidélis Reis (1880-1962) propor projeto ainda mais amplo e severo de restrição imigratória¹⁰ (SKIDMORE, 2012). Como vinha ocorrendo com frequência, novamente o *Correio Paulistano* ventilava debates sobre seleção imigratória, abrindo espaço para que intelectuais e agentes políticos

⁸ Lembra-se que Gustavo Barroso (1888-1959) compôs ao lado de Plínio Salgado (1895-1975) e Miguel Reale (1910-2006) a liderança da Ação Integralista Brasileira (AIB), na década de 1930.

⁹ Imperial registrar que, diferentemente da grande maioria dos intelectuais do período, o médico e antropólogo Edgard Roquette-Pinto (1884-1954) afastava-se das concepções racistas e colocava-se favorável à miscigenação racial, reconhecendo nos japoneses aspectos físicos e mentais valiosos, que poderiam bem ser aproveitados no Brasil (SOUZA, 2019).

¹⁰ Fidélis Reis, contudo, “[...] foi atacado por outros deputados em razão de seu racismo, como ocorrera com Andrade Bezerra e Cincinato Braga. Ele via o mestiço como instrumento pouco confiável de melhora racial [...]” (SKIDMORE, 2012, p. 271-272).

articulassem suas campanhas em defesa do controle da imigração. Em 1924, por exemplo, o *Correio Paulistano* transcreveu na íntegra o discurso do deputado federal João de Faria (1862-1932), que promovia na Câmara dos Deputados a defesa do projeto apresentado por Fidélis Reis para ampliar a restrição imigratória:

Coube ao nosso ilustre colega Fidélis Reis a tarefa de relatar o projeto dos deputados Cincinato Braga e Andrade Bezerra, proibindo a imigração de pretos americanos [...]. Pretende a iniciativa do nosso colega intensificar as correntes imigratórias para o nosso país (arts. 1.0 2.0 3.0), evitar que entrem no território nacional indivíduos que prejudiquem a nossa formação étnica, moral, física (art.4.0) e finalmente proibir a entrada de colonos da raça preta e restringi-la no tocante aos amarelos (art. 5.0). Basta, pois, de prejudicar o sangue com elementos inferiores e tratemos de imitar S. Paulo, que, com o caldeamento de italianos e espanhóis, prepara dia a dia a formação de novo povo, dotado de grande capacidade para o trabalho e de belo aspecto físico (CORREIO PAULISTANO, 31/01/1924, p. 5).

Pelo excerto, compreende-se que o deputado João de Faria corrobora com a linha de raciocínio seguida por Fidelis quanto aos supostos riscos do Brasil aceitar a imigração das raças não brancas (afro-americanos e japoneses), naquele caso. Sua argumentação, baseada em princípios eugênicos radicais, propõe a formação de um “novo povo”, cujo caldeamento com europeus, sobretudo italianos e espanhóis, teria por função eliminar os “elementos inferiores” (negros e asiáticos) e promover uma nação com maior capacidade física e melhores aspectos estéticos e morais. Retendo atenção a respeito do processo imigratório e no selecionamento das supostas raças mais adaptáveis ao Brasil, o jurista e sociólogo fluminense Oliveira Vianna (1883-1951), um dos nomes mais emblemáticos do pensamento intelectual do período¹¹, também escreve no *Correio Paulistano*, em artigo intitulado *Seleção das matrizes étnicas*, em que destaca as vantagens da imigração europeia, que ele chama de “raças arianas”:

O nosso problema étnico-político, ou melhor, o nosso problema antropossociológico se formula concretamente assim: Dentre as diversas raças arianas, que estão realizando a função colonizadora nos países tropicais, quais as mais aptas, pela excelência das suas qualidades eugenísticas, a nos constituir uma massa social, quantitativa e qualitativamente, à altura da nossa situação atual no mundo. Há, pois, uma série de pesquisas preliminares a realizar [...]. Estas pesquisas versarão, em primeiro lugar, sobre a “resistência” das diversas raças em nosso meio tropical; em segundo lugar, sobre a “fecundidade” de cada uma delas; em terceiro lugar, sobre a sua “eficiência” ou capacidade de trabalho (VIANNA, 25/08/1926, p. 3).

Acerca do argumento de Oliveira Vianna sobre a adaptabilidade e resistência do imigrante ao meio tropical brasileiro, Lorena El-Dine explica: “Trata-se do pressuposto neolamarckista de que os caracteres raciais sofreriam alterações na interação com o meio físico, alterando, desse modo, a eugenia das raças” (EL-DINE, 2016, p. 247). Em Oliveira Vianna, segundo o historiador Ricardo dos Santos, “a variedade de tipos humanos teria possibilitado à existência de mestiços superiores susceptíveis da arianização, capazes de colaborar com os brancos na organização do país” (SANTOS, 2010, p. 9). Contudo, concomitantemente, Vianna mostrava-se receoso, e um tanto pessimista, quanto à

¹¹ Atuando como jurista, historiador e sociólogo, o carioca Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951) tornou-se figura ativa no pensamento intelectual da primeira metade do século XX, escrevendo obras como *Populações meridionais do Brasil* (1920), *A evolução do povo brasileiro* (1923) e *Raça e assimilação* (1932).

imigração nipônica, argumentando, conforme Lorenna El-Dine, que “a imigração japonesa constituía um sério problema do ponto de vista da assimilação” (EL-DINE, 2016, p. 248).

Importa indicar que, por parte da intelectualidade brasileira, a imagem do imigrante “ideal(izado) ou indesejado” era tomada também a partir da capacidade de adaptação e assimilação ao meio social brasileiro, recebendo distintos estigmas e representações. Nestes termos, conforme explica Maria Tucci Carneiro, “Os judeus eram acusados de promoverem a guerra, os negros, de contribuírem para o atraso do Brasil e os japoneses, de serem ‘inassimiláveis como enxofre’ [...]” (CARNEIRO, 2018, p. 121). Em raciocínio um tanto semelhante, o historiador e antropólogo Jair de Souza Ramos vai considerar, ainda, que o “eixo da articulação entre raça e imigração na Primeira República residiu na função atribuída ao imigrante de fornecer contribuições a uma ‘mistura’ física e cultural da qual resultaria um ‘tipo brasileiro’ único e superior” (RAMOS, 1996, p. 79).

Não há dúvida que esses projetos de seleção eugênica dos imigrantes se valeram de diferentes estratégias para legitimar as hierarquias raciais, culturais e sociais já bastante estabelecidas no Brasil. Como explica Lilia Schwarcz, “o argumento racial [...] justificava teoricamente desde a construção de projetos políticos conservadores até a existência de hierarquias rígidas, agora cientificamente explicadas” (SCHWARCZ, 1993, p. 316). Nesse diálogo, a engrenagem teórica intelectual, movida do fim do século XIX até as primeiras décadas do século XX, contribuiu para que a raça solidificasse uma estrutura social divisória entre os sujeitos. Em tempo, sob vistas do racismo, a imigração, e principalmente o branqueamento, seriam fatores indissociáveis para o dito sucesso do Brasil enquanto nação no/do futuro. Não por acaso, conforme postula o historiador Giordano Bertelli (2009), “as levadas de europeus que compunham os fluxos imigratórios despertavam com vigor o ‘sonho do Brasil branco’, há muito acalentado pelas elites nacionais” (BERTELLI, 2009, p. 14).

É neste contexto, de acordo com Giralda Seyferth, que imigrantes chineses e hindus, bem como os japoneses, foram “igualmente repudiados porque considerados como ameaça à unificação do tipo nacional” (SEYFERTH, 1996, p. 55). Diante desse entendimento, nota-se tanto exaltação quanto ressalvas da elite e de setores da intelectualidade brasileira em relação a determinados projetos imigratórios. Tendo em mente o branqueamento e a eugenia da raça nacional, parte da elite brasileira de início do século XX via com otimismo a imigração em massa (em especial a europeia), desde que fossem seguidos certos critérios para suposta melhor assimilação dos estrangeiros ao Brasil, evitando-se que, para cá, viessem tanto asiáticos, africanos, árabes, judeus, hindus quanto deficientes físicos e mentais, portadores de doenças contagiosas como sífilis, criminosos, prostitutas, comunistas e ciganos, imigrantes vistos como “indesejáveis” ou “disgênicos”, conforme linguagem corrente no período (CARNEIRO, 2018)¹².

A preocupação imigratória com os “elementos indesejáveis” aparecia no *Correio Paulistano* em nota do Ministério da Agricultura, anunciando: “O sr. ministro oficiou ao seu colega da pasta do Exterior sobre os indesejáveis que diariamente chegam ao porto do Rio, portadores de moléstias contagiosas [...]. As leis do país sabiamente consideram indesejáveis tais imigrantes” (CORREIO PAULISTANO, 17/12/1927, p. 2). No presente raciocínio, levando-se em questão o início do século XX, a “qualidade física e moral” dos imigrantes atraídos ao Brasil passou a importar quase que na mesma medida que suas origens raciais. Tratava-se, pois, como explica Jair de Souza Ramos, de uma “necessidade de se obter os mais assimiláveis entre os brancos e, quando não fosse possível evitar, os

¹² Segundo esclarece a historiadora Maria Tucci Carneiro em *Imigrantes indesejáveis* (2018), “Desde a década de 1920, o estrangeiro passou a ser classificado nas categorias ‘desejável’ ou ‘indesejável’, selecionado segundo critérios políticos, étnicos, culturais e religiosos” (CARNEIRO, 2018, p. 116).

mais ‘dóceis’ entre as ‘raças inferiores’” (RAMOS, 1996, p. 81). Tais questões envolvendo a assimilação dos imigrantes seriam debatidas pelo político e escritor paulista Menotti Del Picchia (Helios), em texto de 1926, publicado nas páginas do *Correio Paulistano*, no qual argumentava: “É sorte dos países de imigração, de formação recente, possuírem uma vitoriosa força de assimilação, que dá um caráter nativista aos próprios forasteiros” (HELIOS, 27/04/1926, p. 6).

Essas discussões, ligadas à assimilação, imigração, raça e eugenia, entre outras, seriam também amplamente discorridas em periódico dirigidos pelo movimento eugênico, com destaque para o Boletim de Eugenia, jornal editado por Renato Kehl entre 1929-1933¹³, ou mesmo em seus livros publicados nesse período¹⁴. Em texto intitulado *A eugenia no Brasil – interessante publicação sobre a doutrina de Galton*, o *Correio Paulistano* trazia nota enaltecendo a iniciativa de Kehl em publicar um periódico especializado em divulgar a eugenia entre os brasileiros:

O “Boletim” precede à fundação do Instituto Brasileiro de Eugenia, cujos fundamentos estão sendo lançados pelos professores Ernani Lopes J. Porto Carrero. Murillo de Campos e Heitor Carrilho. É uma notícia auspiciosa, que deverá ser acatada com grande júbilo pelos círculos intelectuais de todo o país. Até aqui, nada de rigorosamente prático se pôde fazer, no Brasil, a respeito da seleção eugênica. A este princípio se prendem, como se sabe, inúmeras questões de importância primordial para a perfeita constituição da nossa raça, tais como imigração, hereditariedade, descendência e evolução, influências do meio, econômicas e sociais; mestiçagem, alimentação, etc (CORREIO PAULISTANO, 30/01/1929, p. 3).

Reverenciado pelo *Correio Paulistano*, o Boletim de Eugenia parece ter atraído atenção e apoio de parte da imprensa. Ademais, os debates referentes ao envolvimento da eugenia com os projetos imigratórios seriam amplamente destacados durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado entre 1 a 7 de julho de 1929, no Rio de Janeiro, promovido em comemoração ao centenário da Academia Nacional de Medicina. Ressalta-se que, dada a relevância, o evento reuniu mais de 200 intelectuais, recebendo nomes como Miguel Couto, Roquette-Pinto, Belisário Penna, Renato Kehl, Gustavo Riedel, Juliano Moreira, Fróes da Fonseca, Silva Araújo, Azevedo Amaral, entre outros (SOUZA, 2019).

O evento não só demarcou como intensificou posições que, dividindo o mesmo espaço, expuseram dois lados da eugenia. De um lado, Renato Kehl e Azevedo Amaral advogavam em defesa de uma severa restrição imigratória; de outro, Roquette-Pinto, Belisário Penna e Froes da Fonseca fincavam argumentos na defesa do sanitarismo e eram contrários aos projetos mais restritivos de seleção imigratória¹⁵. O evento foi amplamente divulgado no *Correio Paulistano*, que inclusive publicou, no dia de abertura do evento, uma síntese dos principais temas que seriam tratados durante o Congresso, dentre os quais, ressaltam-se alguns:

¹³ O Boletim de Eugenia era “constituído por pequenos artigos científicos, resenhas, notas e indicações de livros sobre eugenia, avisos e orientações sobre os movimentos eugênicos no Brasil e no mundo, os textos eram escritos numa ‘linguagem simples e clara’ [...]” (SOUZA, 2019, p. 205-206).

¹⁴ Tido como o mais ferrenho defensor da eugenia negativa no Brasil, o médico paulista Renato Kehl (1889-1978) “publicou mais de duas dezenas de livros diretamente relacionados às ideias eugênicas, dentre os quais se destacam *A cura da fealdade* (1923), *Lições de eugenia* (1929a), *Sexo e civilização: aparas eugênicas* (1933) e *Porque sou eugenista* (1937)” (WEGNER; SOUZA, 2013, p. 265).

¹⁵ De acordo com Lília Schwarcz “Roquette-Pinto sustentou o argumento de que ‘o problema brasileiro seria uma questão de higiene e não de raça’” (SCHWARCZ, 1993, p. 125).

1 Movimento eugênico moderno – Conceito de eugenia – Organização prática de ação eugênica. 2 Tipos da população do Brasil [...]. 10 Aplicação humana das leis do cruzamento. 11 Os preconceitos antirraciais. 12 Variação e herança no homem. 13 A raça no ponto de vista antropológico e no ponto de vista sociológico. 14 O feminismo e a raça. 15 Educação moral e eugenia. 16 Educação eugênica em geral. Consciência da responsabilidade eugênica na família, nas escolas, nas Universidades. 17 Educação sexual e eugenia. 18 A esterilização eugênica dos tarados e criminosos. 19 Regulamentação eugênica do casamento – Idade, consanguinidade, mistura de raças, estado físico e mental – Exame pré-nupcial e certificado médico – Divorcio [...]. 30 O problema eugênico da imigração. 31 A mortalidade infantil [...]. 35 Luta contra os venenos da raça. 36 Luta contra as doenças venéreas. 37 Luta contra as doenças mentais. 38 Estatísticas dos tarados no Brasil (cegos, surdos-mudos, débeis mentais e atrasados, epiléticos, toxicômanos, alienados, vagabundos) (CORREIO PAULISTANO, 30/06/1929, p. 7).

De acordo com o texto, a preocupação com as questões imigratórias entrelaçadas ao debate racial dominou parte dos temas tratados no Congresso de Eugenia. Observa-se, ademais, que o próprio conceito e uso de eugenia estivera em pauta no evento, questão que mais tarde, em dezembro daquele mesmo ano, seria debatida no II Concurso de Eugenia, que deveria escolher os “bebês eugênicos”, conforme o próprio *Correio Paulistano* divulgaria. Ao lado do médico Waldomiro de Oliveira, o então presidente da *Sociedade Paulista de Higiene*, Figueira de Mello, conforme constado no jornal, ao fazer comentários do referido concurso, explicava:

Se atentarmos bem na significação da eugenia, e nos seus fins, como ciência, vemos que ela significa “geração boa”, e como ciência tem por fim concorrer para o aperfeiçoamento do físico e do mental das gerações futuras. Há dois meios de ação nos quais se divide a eugenia: É a ação restritiva e é a ação construtiva. A ação restritiva é a que tem por fim coibir pela legislação adequada proliferação de elementos maus genitores. A ação construtiva é a que tem por fim conseguir esse desiderato pela formação da consciência sanitária, pela educação higiênica do povo, e larga difusão dos princípios da eugenia (CORREIO PAULISTANO, 03/12/1929, p. 5).

Vale interpretar a eugenia restritiva como a eugenia negativa, enquanto que por “eugenia construtiva”, entende-se preventiva/positiva. O modelo negativo, que no fim da década de 1920 encontrou em Renato Kehl seu maior representante no Brasil¹⁶, voltava-se a propostas mais duras de restrição imigratória, proibição de casamentos entre pessoas de raças distintas, controle de natalidade e esterilização dos anormais (WEGNER; SOUZA, 2013). Na verdade, conforme apontado anteriormente, é assertivo dizer que o movimento eugênico brasileiro foi bastante heterogêneo e abraçou tanto o radicalismo racial quanto a perspectiva reformista representada pelos sanitaristas, características que também eram possíveis de se perceber nas páginas do *Correio Paulistano*.

Considerações finais

À guisa de conclusão, como observado nos textos publicados nas páginas do *Correio Paulistano*, as discussões sobre eugenia, raça e nação estiveram no centro das atenções dos intelectuais e das elites políticas das primeiras décadas do século XX, mobilizando a

¹⁶ Segundo acreditava Renato Kehl “a eugenia negativa apresenta vários recursos de ordem científica” para melhorar o equilíbrio entre os indivíduos ‘normais’ e os ‘anormais’, entre a fecundidade dos ‘bem-dotados’ e a dos ‘maldotados” (KEHL apud WEGNER; SOUZA, 2013, p. 268).

imprensa e a opinião pública do período. Impulsionados pelo desejo de modernização do Brasil, políticos, juristas, médicos, eugenistas e sanitaristas apostavam que a ciência e a medicina, juntamente com a implantação de medidas rigorosas de controle social e racial, poderiam redimir os brasileiros dos supostos “males nacionais”, como a degenerescência racial, o péssimo estado sanitário e a disseminada propagação de doenças, a mestiçagem, os vícios sociais e falta de instrução do “povo”. Não por acaso, as teorias eugênicas movimentadas no Brasil, do início do século XX, apoiadas tanto em teorias biológicas quanto em ideologias raciais, promoveram a biologização, o controle, a racialização e a estigmatização dos corpos, especialmente daqueles vistos como “indesejáveis”. Como consequência, o discurso eugênico contribuiu para classificar os sujeitos em grau maior ou menor na escala evolutiva humana (STEPAN, 2004).

É neste contexto que os debates sobre as reformas da sociedade ganharam, a partir das teorias eugênicas, um sentido ainda mais emblemático, uma vez que prometiam a construção futura de uma outra nação, mais civilizada e racialmente mais branca. Como consequência, a eugenia instrumentalizou discussões já em voga no Brasil em torno das ideologias e preconceitos raciais, sobretudo da mestiçagem, do branqueamento, dos estigmas degeneracionistas e da transformação da identidade nacional, temáticas que desde o século XIX mobilizavam a imprensa e as elites políticas e intelectuais. Não é por acaso que boa parte das discussões sobre os projetos de transformação nacional propostos durante a Primeira República colocavam a questão racial e a eugenia como fundamentos do julgamento político e legislativo, como se pode observar de maneira mais detida a partir dos projetos de seleção imigratória (SOUZA, 2022).

Neste sentido, podemos afirmar que o *Correio Paulistano* encampava projetos que levassem a cabo amplas reformas, começando com o saneamento dos espaços urbanos, o controle da vida social e a eugeniização da raça. Conforme procuramos demonstrar, é nesta direção que o *Correio* procurava reafirmar a legitimidade das elites paulistas, representada pelo Partido Republicano Paulista e por suas conexões com as elites intelectuais. De maneira geral, o *Correio Paulistano* serviu como porta voz do PRP, legitimando o projeto das elites paulistas de falar em nome dos interesses nacionais, uma vez que o projeto de desenvolvimento do estado de São Paulo, visto como a locomotiva do progresso brasileiro, deveria se transformar no próprio projeto de desenvolvimento nacional.

Por fim, é importante destacar o papel assumido pelo jornal *Correio Paulistano* nos primórdios do século XX, afirmando-se como um espaço importante de debates e representações dos intelectuais sobre o Brasil e os brasileiros. Neste contexto, o periódico deve ser compreendido como um espaço de sociabilidade intelectual que projetava experiências, identidades e engajamentos políticos em comuns, mas também a construção de visões e projetos antagônicos em disputa. Como lembra o historiador Jean-François Sirinelli (1996), os espaços e as redes de sociabilidades intelectuais são fundamentais, porque organizam o campo intelectual, os vínculos, as tomadas de posições, as tensões, os consensos e dissensos entre os seus membros.

Ao mesmo tempo, essa rede de sociabilidade permitiu que os intelectuais que escreviam no *Correio Paulistano* se conectassem com as demandas das elites econômicas paulistas, especialmente aquelas ligadas ao PRP, o que permitia a esses intelectuais uma efetiva participação na vida política e na realização daquilo que entendiam ser o grande sentido de sua atuação: o engajamento público e a intervenção sobre a organização da sociedade. Contudo, conforme procuramos demonstrar, embora as visões desses intelectuais estivessem conectadas com as expectativas ideológicas e culturais das elites paulistas, as ideias e projetos de Brasil divulgados nas páginas do *Correio Paulistano* não

eram homogêneas ou consensuais. Ao contrário, as representações de Brasil reveladas por médicos e eugenistas poderiam tanto estar alinhadas com o ideário racista e reacionário, que projetavam visões negativas sobre o Brasil, quanto com as agendas reformistas, mais alinhadas com o espírito modernista que se projetava com força a partir dos anos 1920 e que desejava pensar os novos sentidos da brasilidade.

Fontes

AMADO, Genolino. Discutindo o evidente. *Correio Paulistano*, São Paulo, 16/01/1927, p. 3.

CORREIO PAULISTANO. *Prefeitura do Município*. São Paulo, 28 /01/1916, p. 6.

CORREIO PAULISTANO. *O Congresso da Noroeste*, São Paulo, 28/09/1927, p. 2.

CORREIO PAULISTANO. *Sociedade Eugênica de S. Paulo. A primeira conferência pública-ontem realizada – “Fatores de degeneração da nossa raça – Meios de combatê-los” – outras notas*, São Paulo, 03/05/1918, p. 4.

CORREIO PAULISTANO. *Pela Medicina: Sociedade Eugênica de S. Paulo*, São Paulo, 04/04/1918, p. 4.

CORREIO PAULISTANO. *Oswaldo Cruz: Ocorre hoje o primeiro aniversário de seu traspasse*, São Paulo, 11/02/1918, p. 1.

CORREIO PAULISTANO. *Câmara*. São Paulo, 13/06/1917, p. 4.

CORREIO PAULISTANO. “S. Paulo em 1920”: *A conferência do sr. dr. Carneiro Leão no Centro Paulista*, São Paulo, 11/03/1920, p. 2.

CORREIO PAULISTANO. *Imigração: A discussão do importante problema na Câmara Federal – Brillhante parecer do sr.dr. João de Faria*, São Paulo, 31/01/1924, p. 5.

CORREIO PAULISTANO. *Ministério da Agricultura: Visita ao sr. Dino Bueno – Um ofício sobre os indesejáveis que chegam ao porto do Rio de Janeiro*, São Paulo, 17/12/1927, p. 2.

CORREIO PAULISTANO. *A eugenia no Brasil – interessante publicação sobre a doutrina de Galton*, São Paulo, 30/01/1929, p. 3.

CORREIO PAULISTANO. *Centenário da Academia Nacional de Medicina*, São Paulo, 30/06/1929. p. 7.

CORREIO PAULISTANO. *II Concurso de Eugenia*, São Paulo, 03/12/1929, p. 5.

DEL PICCHIA, Menotti. A nossa genialidade. *Correio Paulistano*, São Paulo, 06/09/1920, p. 1.

DEL PICCHIA, Menotti. A grande crise literária nacional. *Correio Paulistano*, São Paulo, 03/03/ 1928, p. 3.

HELIOS. Semana de arte moderna. *Correio Paulistano*, São Paulo, 07/02/1922, p. 5.

HELIOS. Coisas brasileiras. *Correio Paulistano*, São Paulo, 27/04/1926, p. 6.

JOÃO DO NORTE. Expulsão de estrangeiros. *Correio Paulistano*, São Paulo, 21/10/ 1917, p. 1.

MOTTA FILHO, Candido. A literatura em S. Paulo. *Correio Paulistano*, São Paulo, 08/09/1922, p. 3.

MOTTA FILHO, Candido. A prevenção criminal. *Correio Paulistano*, São Paulo, 17/01/1925, p. 4.

MOTTA FILHO, Candido. Brasileiros na América. *Correio Paulistano*, São Paulo, 20/01/1927, p. 4.

MOURÃO, Abner. A Sociedade Eugênica. *Correio Paulistano*, São Paulo, 25/01/1918, p. 1.

RICARDO, Cassiano. O homem e a paisagem. *Correio Paulistano*, São Paulo, 01/03/1928, p. 3.

SALGADO, Plínio. A crônica de domingo. *Correio Paulistano*, São Paulo, 15/01/1928, p. 2.

VIANNA, Oliveira. Seleção das matrizes étnicas. *Correio Paulistano*, São Paulo, 25/08/1926. p. 3.

Referências

AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço*. Coleção Clássicos da Literatura. Klick Editora, 1997.

BERTELLI, Giordano Barbin. *República Pau-Brasil: política e literatura no modernismo de Oswald de Andrade*. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas). São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2009.

CAPONI, Sandra. Biopolítica e medicalização dos anormais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, n. 19, v. 2, p. 529-549, 2009.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Imigrantes indesejáveis. A ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas. *Revista USP*, n. 119, p. 115-130, 2018.

CARRARA, Sérgio. *Tributo a Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, na passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

CARVALHO, Leonardo Dallacqua de. *O saneador do Brasil: saúde pública, política e integralismo na trajetória de Belisário Penna (1868-1939)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, 2019.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. 2. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2017.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões: campanha de Canudos*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005.

EL-DINE, Lorenna Ribeiro Zem. *A alma e a forma do Brasil: o modernismo paulista em verdeamarelo (anos 1920)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, 2017.

EL-DINE, Lorenna Ribeiro Zem. Eugenia e seleção imigratória: notas sobre o debate entre Alfredo Ellis Junior, Oliveira Vianna e Menotti Del Picchia, 1926. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 23, supl., p. 243-252, 2016.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

HOCHMAN, Gilberto; FONSECA, Cristina. O que há de novo? Políticas de saúde pública e previdência (1937-45). In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 73-93.

LIMA, Ana Luce Girão Soares de; PINTO, Maria Marta Saavedra. Fontes para a história dos 50 anos do Ministério da Saúde. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 1037-1051, 2003.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela Medicina: o Brasil descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro, Ed. FIOCRUZ/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

LIMA, Nísia Trindade. O Brasil e a organização Pan-Americana da saúde: uma história de três dimensões. In: FINKELMAN, Jacobo (org.). *Caminhos da saúde pública no Brasil*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002.

LUCA, Tania Regina de. A Revista do Brasil (1916-1925) na História da Imprensa. *Travessia*. Revista de Literatura, UFSC, Ilha de Santa Catarina, p. 94-123, 1996.

LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, Lourdes. O culturalismo dos anos 30 no Brasil e na América Latina: deslocamento retórico ou Mudança conceitual? In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996, p. 107-124.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. *A questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

RAMOS, Jair de Souza. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996, p. 59-82.

SANTANA, Nara Maria Carlos de; SANTOS, Ricardo Augusto dos. Projetos de modernidade: autoritarismo, eugenia e racismo no Brasil do século XX. *Revista de Estudos Sociais* (En Linea), v. 58, p. 28-38, 2016.

SANTOS, Ricardo Augusto dos. Oliveira Vianna, Eugenia, e o Campo Intelectual da Primeira República. *Anais do VI Simpósio Nacional Estado e Poder: cultura*, 2010.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996, p. 41-58.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 53, p. 117-149, 2002.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p. 231-269.

SKIDMORE, Thomas Elliot. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Renato Kehl e a eugenia no Brasil: ciência, raça e nação no período entreguerras*. Guarapuava: Editora Unicentro, 2019.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. A eugenia brasileira e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto, 1920-1930. *História, Ciência, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 23, supl. 1, p. 93-110, 2016.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Eugenia, racismo científico e antirracismo no Brasil: debates sobre ciência, raça e imigração no movimento eugênico brasileiro (1920-1930). *Revista Brasileira de História (online)*, v. 42, p. 93-115, 2022.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. As ideias eugênicas no Brasil: ciência, raça e projeto nacional no entreguerras. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, Dourados, v. 6, n. 11, 2012.

STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil (1917-1940). In: HOCHMAN, Gilberto (org.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004, p. 331-382.

STEPAN, Nancy Leys. *A Hora da Eugenia. Raça, Gênero e Nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005.

THALASSA, Ângela. *Correio Paulistano: o primeiro diário de São Paulo e a cobertura da Semana de Arte Moderna – o jornal que “não ladra, não cacareja e não morde”*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

WEGNER, Robert; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Eugenia ‘negativa’, psiquiatria e catolicismo: embates em torno da esterilização eugênica no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 263-288, 2013.

Notas de autoria

Fernando Tadeu Germinatti é doutorando do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC). E-mail: germinattifer@outlook.com

Vanderlei Sebastião de Souza é doutor em História das Ciências pela Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Professor do Departamento de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO-PR) e do Programa de Pós-Graduação em História (UNICENTRO-PR). E-mail: vanderleidesouza@yahoo.com.br

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

GERMINATTI, Fernando Tadeu; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Eugenia e “questão racial” na Primeira República: uma análise a partir das publicações no jornal Correio Paulistano (1910-1920). *Sæculum – Revista de História*, v. 27, n. 47, p. 96-118, 2022.

Contribuição de autoria

Ambos contribuíram de modo igual na elaboração, revisão e correção final do artigo.

Financiamento

O artigo foi produzido com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 09/07/2022.

Modificações solicitadas em 16/10/2022.

Aprovado em 16/11/2022.